

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.299 - SP (2018/0331975-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ASSISTENCIA SERVICOS EMPRESARIAIS S/C LTDA  
**AGRAVANTE** : EDSON DIAS PALACIO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**AGRAVADO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : JOSÉ ROBERTO JAHJAH FERRARI E OUTRO(S) - SP094635  
**INTERES.** : WANDERLEIA APARECIDA RODRIGUES  
**ADVOGADA** : ERIKA CRISTINA FRAGETI SANTORO - SP128776

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (e-STJ Fls. 292/293):

*DIREITO CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. LEGITIMIDADE DO SÓCIO AVALISTA. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TAXAS DE SERVIÇOS.*

*1. O STF firmou excetuou da abrangência do CDC a definição do custo das operações ativas e a remuneração das operações passivas praticadas na exploração da intermediação de dinheiro na economia. Portando, a aplicabilidade do CDC às instituições financeiras não tem o alcance que pretende dar o recorrente, uma vez que os contratos bancários também estão regidos por normas específicas impostas pelo Banco Central do Brasil.*

*2. A parte ré, no pleno gozo de sua capacidade civil, firmou contrato de crédito em indubitável manifestação de livre consentimento e concordância com todas as condições constantes em tal instrumento. Portanto, inexistindo nulidades, ilegalidades ou vício de vontade, as cláusulas impugnadas remanescem válidas.*

*3. Tendo o sócio da empresa devedora assinado o contrato de abertura de crédito na condição de avalista da pessoa jurídica da qual era sócio, obriga-se ao pagamento da dívida solidariamente com os demais devedores.*

*4. Assim ocorre mesmo quando o sócio avalista se retira formalmente da empresa, sendo irrelevante para a validade de tal contrato perquirir se o avalista/fiador mantém vinculação com o devedor principal, pois a obrigação se estabelece entre o garantidor e a instituição financeira, não sendo oponível a esse negócio jurídico uma alteração em contraio social na qual os novos sócios eximem os retirantes de qualquer responsabilidade por*

*obrigações da empresa. Em casos assim, caberia ao sócio proceder à notificação do banco credor para eximir-se da obrigação assumida validamente.*

*5. A impossibilidade de limitação da taxa de juros remuneratórios livremente pactuados pelas partes já está pacificada no STJ, sendo que a única exceção bem definida pela jurisprudência é a possibilidade de limitação dos juros nos casos em que cabalmente demonstrada a abusividade dos índices cobrados.*

*6. As instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional têm expressa autorização para capitalizar os juros com periodicidade inferior a um ano, desde a edição da Medida Provisória 1.963-17, de 30 de março de 2000, culminando com a Medida Provisória de nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001. Portanto, somente será nula a cobrança não pactuada ou, quando pactuada, que Venha a permitir a capitalização mensal dos juros nos contratos firmados antes de 31/03/2000.*

*7. Não existe óbice legal para a cobrança do saldo inadimplente com atualização monetária (inclusive quando indexada pela TR - Taxa Referencial, divulgada pelo IACEN) acrescido de juros de mora, pois, o que se tem em verdade é a vedação da cobrança cumulada da chamada "Comissão de Permanência" + Correção Monetária (TR) + Juros, em um mesmo período pela impossibilidade de cumulação com qualquer outro encargo, o que inclui a cobrança de eventual taxa de rentabilidade.*

*8. Com o julgamento do REsp 1255573/RS (Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013), selecionado como representativo de controvérsia, ternas 618, 619, 620 e 621, a 2ª seção do STJ reconheceu válida a cobrança da TAC - Tarifa de Abertura de Crédito e TEC - Tarifa de Emissão de Carnê/Boleto apenas nos contratos bancários celebrados até 30 de abril de 2008.*

*9. Apelação não provida.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 308/312).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 330, caput e I, 332, 333, I, e 420, parágrafo único, do CPC/73, 369, 370, caput e parágrafo único, 373, II, 378 e 464, caput e § 1º, do CPC/15 e 6º, IV, V, e 51, IV, do CDC, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que *a)* há negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o Tribunal não se pronunciou sobre a "discussão das cláusulas de contrato anterior" (fl. 321), tampouco sobre os dispositivos do CDC que entende violados; e *b)* houve cerceamento do direito de defesa, pois no caso sob análise, é necessária a realização de prova pericial para apurar o excesso na cobrança, "em especial em relação à cumulação da comissão de permanência com encargos

*indevidos" (fl. 324), uma vez que "a comissão de permanência só pode incidir sobre qualquer contrato, desde que não cumulada com correção monetária, juros, multa contratual, taxa de rentabilidade ou qualquer outro".*

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O inconformismo não merece prosperar.

Verifica-se que não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

De outro lado, observa-se que a Corte de origem decidiu as matérias referentes ao alegado excesso de cobrança com fundamento nas provas colacionadas aos autos. Destaca-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 290):

*"No presente caso, os demonstrativos de débito, juntamente com as planilhas de evolução da dívida (fls. 08/13), demonstram que não houve a efetiva cobrança cumulada da comissão de permanência com quaisquer outros encargos durante o período de inadimplência contratual, portanto, neste ponto o apelante carece de interesse recursal".*

Como se observa, o Tribunal de origem não decidiu o mérito com fundamento na ausência de provas. Ao contrário, extrai-se do acórdão recorrido que a Corte, após análise das provas constantes nos autos, concluiu que não houve cumulação da comissão de permanência com qualquer outro encargo e que não houve abusividade

ou excesso na cobrança.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de aferir a necessidade da prova pericial, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. CAUSA DEBENDI. CONTRATO. TERCEIRO. ILEGITIMIDADE. SÚMULA N. 283-STF. NÃO PROVIMENTO.**

**1. Se o Tribunal a quo concluiu fundamentadamente pela desnecessidade da prova testemunhal, reexaminar a questão encontra o óbice de que trata o verbete n. 7, da Súmula.**

**2. Consignado pelo acórdão recorrido que a emitente do cheque, ora recorrente e ré na ação monitória, não participou do contrato que reputa não cumprido, nem afirmou que é dele beneficiária, pelo que não poderia invocar a exceção do contrato não cumprido, a ausência de impugnação quanto ao ponto atrai o óbice de que trata o verbete n. 283, da Súmula do STF.**

**3. Agravo regimental a que se nega provimento.**

(AgRg no AREsp 196.316/DF, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, DJe 01/2/2013)

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. NEGADO PROVIMENTO.**

**1. O Tribunal a quo, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do convencimento motivado, concluiu pela desnecessidade de produção de nova perícia, em razão da existência de prova testemunhal, documental e laudo da junta médica do Ministério da Defesa confirmando a incapacidade laborativa permanente do recorrido.**

**2. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, como pleiteada pela recorrente, para concluir pela necessidade de nova perícia médica para atestar a incapacidade permanente do segurado, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.**

**3. Agravo interno a que se nega provimento.**

(AgInt no REsp 1631479/DF, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**,

QUARTA TURMA, DJe 14/9/2017)

Ademais, registra-se que, *"na apreciação das provas, devem ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias"* (AgRg no AREsp 282.045/DF, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, DJe 25/6/2013).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator